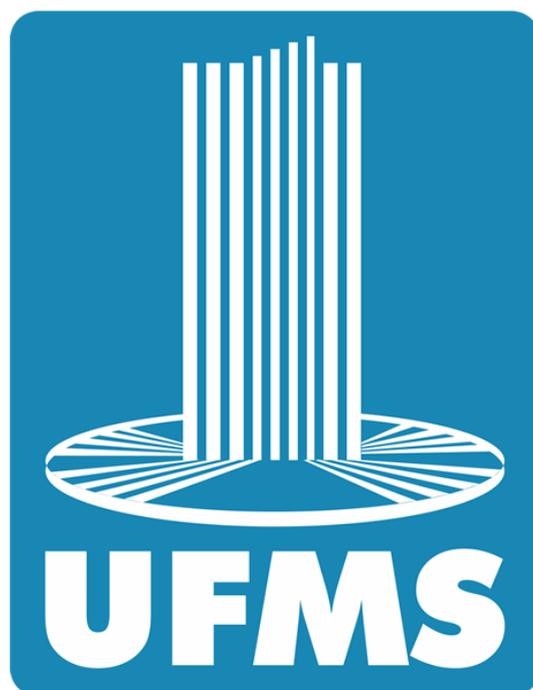


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL**



CAMPUS DE AQUIDAUANA

2023

**A Reforma do Ensino Médio no Brasil: Reflexões Críticas à Luz da
Experiência dos CIEPs, no Estado do Rio de Janeiro:**

Acadêmico: Matheus Claudino Fernandes do Rego

“A razão do fracasso de todos os esforços anteriores, e que se destinavam a instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais lúcidas, reconciliadas com o ponto de vista do capital, consistia – e ainda consiste – no fato de as determinações fundamentais do sistema do capital serem irreformáveis. Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. (MÉSZÁROS). MÉSZÁROS, 2005, p. 26-27 - A Educação Para Além do Capital) .

RESUMO:

Este trabalho busca analisar a Reforma do Ensino Médio no Brasil à luz da experiência dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Para isso, adota-se uma perspectiva marxista para examinar as mudanças significativas ocorridas no contexto educacional brasileiro. Para a realização do artigo foi utilizada pesquisa bibliográfica, estudo de caso, análise comparativa, entrevistas com estudantes e professores, entre outros métodos, para coletar e analisar os dados. A pesquisa bibliográfica consistiu no estudo de livros, artigos científicos, documentos oficiais, dissertações, teses e demais publicações relacionadas aos CIEPS, à reforma do ensino médio e às políticas educacionais do Brasil no seu contexto histórico. Além da consulta bibliográfica, foram realizadas visitas aos CIEPS localizados em Irajá, subúrbio do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de conhecer de forma mais próxima a experiência dessas instituições.

Introdução e Justificativa

A justificativa para a escolha do tema é explicada pela atualidade do debate, que se encontra em evidência nos grandes conglomerados midiáticos nacionais, repercutindo nos espaços de disputa ideológica das cidades urbanas e rurais. Compreender as nuances do Novo Ensino Médio significa estar a par do atual cenário educacional brasileiro, ao mesmo tempo que observar as experiências dos Centros Integrados de Educação Pública pode proporcionar *insights* relevantes acerca de qual projeto educacional deveria ser construído. Numa visão comparativa, o primeiro é o produto das relações entre capital e neoliberalismo, e o segundo, era a tentativa real que construir algo novo, uma alternativa dentro do capitalismo ao próprio fatalismo ideológico gerado pelo capitalismo, algo que o pensador Mark Fisher cunhou de Realismo Capitalista. Isto é, a forma na qual até mesmo grandes projetos contestadores, educacionais ou políticos, acabam, mais cedo ou mais tarde, sendo apropriados e/ou desmantelados pelo sistema em vigência.

O (PEE) Programa Especial de Educação, implementado durante o governo de Leonel Brizola, no estado do Rio de Janeiro, buscava ser uma alternativa pragmática ao que estava posto. Trouxe o construtivismo interacionista como abordagem pedagógica, enfatizando a interação horizontal entre professores e estudantes, além do desenvolvimento de habilidades mentais e os trajetos do pensamento humanísticos e artísticos, tendo a arte, por exemplo, como fator de integração. Os CIEPs, escolas de tempo integral, buscavam promover o desenvolvimento intelectual, cultural, ético e moral dos estudantes, oferecendo recursos além do currículo tradicional. Tratava-se então, de um projeto que oferecia algo diferente ao modelo educacional público vigente da época, pois consolidava mecanismos educacionais em conjunto de um grande projeto estrutural das escolas e seus arredores.

Do outro lado da moeda, a reforma do ensino médio, iniciada em 2017, levanta preocupações quando comparada à experiência dos “brizolões”. Enquanto estes buscavam a formação integral do indivíduo e todo o contexto espacial envolvido, a reforma parece cada vez mais voltada para uma formação direcionada às demandas do mercado de trabalho, priorizando competências técnicas em detrimento de uma educação humanística mais ampla. Essa mudança parece negligenciar aspectos cruciais do desenvolvimento humano, como o pensamento crítico e a capacidade de reflexão

independente, que antes eram mais valorizados nos CIEPs, além disso, a infraestrutura educacional na reforma é negligenciada, o que acaba tornando-se uma grande barreira nas escolas que não possuem os recursos necessários para acompanhar as mudanças. A estrutura escolar pública não é levada em consideração pelo Novo Ensino Médio.

Além disso, a reforma aprofunda a desigualdade já existente no ensino público brasileiro, contrariando o propósito inicial dos CIEPs de proporcionar igualdade de oportunidades educacionais a comunidades carentes e periféricas. A escassez de investimentos, a precariedade das infraestruturas e a desvalorização dos professores são desafios enfrentados pelo ensino público, o que acaba perpetuando as contradições quando não são resolvidas questões básicas. Enquanto o “brizolão” pode ser visto como uma reforma educacional de caráter qualitativamente e quantitativamente positivo, o Novo Ensino médio deve ser encarado como o resultado das pressões econômicas perpetradas pelo capital, algo que István Mészáros analisou no livro " Uma Educação Para Além do Capital".

O programa administrado por Darcy Ribeiro e Brizola buscava a criação de escolas de tempo integral (os Centros Integrados de Educação Pública, conhecidos como CIEPs) – que funcionavam das 8h às 17h – e contava com a disponibilidade de recursos além do currículo tradicional, como os ambientes de incentivo à leitura, as atividades musicais, os estudos direcionados, a educação física e artística, contando também com aparato médico e alimentar. O PEE visava diversas ações, buscando atender uma tríade de demandas da população: Educação, Saúde e Cultura para os estudantes; lutando para reduzir as contradições sociais, trazendo-os para um espaço de segurança (os CIEPs) e afastando-os da violência e insegurança. A cultura é um aspecto fundamental na educação de jovens, mas acordo com os próprios estudantes, as grandes estruturas dos brizolões encontram-se esvaziados, ou como também diria Mark Fisher, espaços quase que assombrados por um projeto de futuro que nunca se consolidou.

Algumas décadas depois do PEE, o contexto educacional brasileiro passa por uma reforma no ensino médio iniciada no governo do Michel Temer, que acarreta mudanças significativas. Entrando em vigor no ano de 2017, a reforma propõe uma série de mudanças curriculares e metodológicas, visando, em teoria, adequar o currículo às demandas e interesses do mundo do trabalho. No entanto, o problema surge quando

comparamos o impacto da reforma com o que poderia ter sido alcançado em relação à experiência dos CIEPs. A forma mercadológica de ensino é um reflexo das pressões e dinâmicas de mercado que buscam capitalizar o estudante, conteúdo e o professor. De acordo com Mark Fisher “A própria tentativa de tratar a educação como um sistema orientado para o mercado de trabalho sustenta-se em uma analogia confusa ainda pouco desenvolvida: seriam alunos consumidores de um serviço ou seu próprio produto?” Realismo Capitalista. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020. FISHER, Mark, pag40.

Enquanto os CIEPs tinham como proposta central a educação integral, a reforma parece direcionar-se cada vez mais para uma formação voltada ao mercado de trabalho, priorizando competências técnicas e específicas em detrimento de uma educação humanística de totalidade. O Novo Ensino Médio parece negligenciar aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, como o pensamento crítico, artístico, cultural e a contemplação de necessidades básicas dos alunos em comunidades carentes, valorizados anteriormente na proposta dos CIEPS. As pressões exercidas pela ideologia neoliberal transformam a educação única e exclusivamente como valor de troca, isso ocorre com mais frequência nas escolas públicas, já que nas escolas elitizadas, aspectos humanísticos são bastante valorizados, vejamos os exemplos de projetos pedagógicos como a *Waldorf*, ou *Montessori*.

Além disso, a reforma tem gerado preocupações em relação à desigualdade educacional e sua perpetuação. Os CIEPs surgiram com o objetivo de proporcionar igualdade de oportunidades educacionais para comunidades carentes, reformando estruturas e até modificando o espaço em torno das comunidades. A reforma atual pode aprofundar a discrepância entre escolas públicas e privadas, sem levar em conta nas suas propostas as profundas diferenças entre as duas estruturas e sua corrida pela adaptação do novo modelo. A escassez de investimentos, a precariedade das infraestruturas e a desvalorização dos professores são desafios enfrentados no ensino gratuito, e os ecos desse problema ainda são perceptíveis.

Objetivo

O objetivo desse trabalho foi entender como o debate educacional avança no Brasil, tendo como base uma breve comparação entre a experiência dos CIEPs e o Novo Ensino Médio. A perspectiva marxista utilizada é o materialismo histórico, utilizando ideias do István Mészáros e Mark Fisher tentamos olhar para o objeto de estudo nas suas antinomias. Essa perspectiva é entendida na pesquisa como ferramenta essencial para observar as categorias internas e externas do movimento educacional, seja nas mudanças sociais, na interação entre infraestrutura e superestrutura, políticas públicas, desigualdade social e a ideologia neoliberal ratificada pela economia.

Metodologia

Para a realização da pesquisa em questão foi utilizada pesquisa bibliográfica, estudo de caso, análise comparativa e entrevistas, entre outros métodos, para coletar e analisar os dados. A pesquisa bibliográfica consistiu na busca e análise crítica de livros, artigos científicos, documentos oficiais, dissertações, teses e demais publicações relacionadas aos CIEPS, à reforma do ensino médio e às políticas educacionais no Brasil. Além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas visitas aos CIEPS localizados na região do Irajá, subúrbio do Rio de Janeiro, com o intuito de conhecer de forma mais próxima a experiência dessas instituições.

Os Livros “Uma Educação para Além do Capital” do Mészáros, “A história dos CIEPS” do Darcy Ribeiro e “Realismo Capitalista” do Mark Fisher, foram importantes para constituir os elementos deste estudo. Com o primeiro, buscou-se compreender as relações econômicas e a influência do capital na esfera educacional. O segundo, possui um enfoque na ideologia neoliberal e suas implicações contraditórias. O terceiro, teve como intuito entender as diretrizes dos CIEPS, seu objetivo na época e as medidas escolhidas para a tentativa da sua efetivação. Também recorremos a artigos científicos disponíveis em acervo da internet e reportagens jornalísticas que abordavam o tema da pesquisa.

Durante as visitas, foram realizadas entrevistas com gestores, professores e alunos dos CIEPS, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos princípios pedagógicos adotados, das práticas educacionais implementadas e dos resultados obtidos. Os dados

coletados por meio da pesquisa bibliográfica e das visitas aos CIEPS foram analisados de forma sistemática e comparativa. A análise envolveu a identificação de semelhanças e diferenças entre os princípios dos CIEPS e a proposta da reforma do ensino médio, assim como a avaliação dos resultados alcançados por ambos os modelos.

A elaboração de entrevistas e registros fotográficos foram parte metodologia utilizada para a realização desse artigo. Por meio de gravações de vídeo e áudios com a devida autorização dos participantes, obtivemos os dados necessários para o levantamento da pesquisa. A forma cronológica que recolhi as entrevistas, com antigos e atuais alunos, antigos e atuais servidores, serviu para obtermos uma apreensão mais histórica das mudanças ocorridas.

Coleta de dados

Para o artigo em questão foram visitadas duas escolas do modelo (CIEP) Centros Integrados de Educação Pública, o CIEP 339, Mario Tamborindeguy e a escola Maria Werneck de Castro, ambos localizados no bairro de Irajá, subúrbio do Rio de Janeiro. As duas escolas estão inseridas na proximidade da comunidade Para Pedro, uma periferia que sofre com grandes problemas de saneamento básico e violência, sendo dominada pela facção criminosa TCP (Terceiro Comando Puro). A Estrada Pedro Borges de Freitas conecta as instituições, que estão uma do lado da outra.

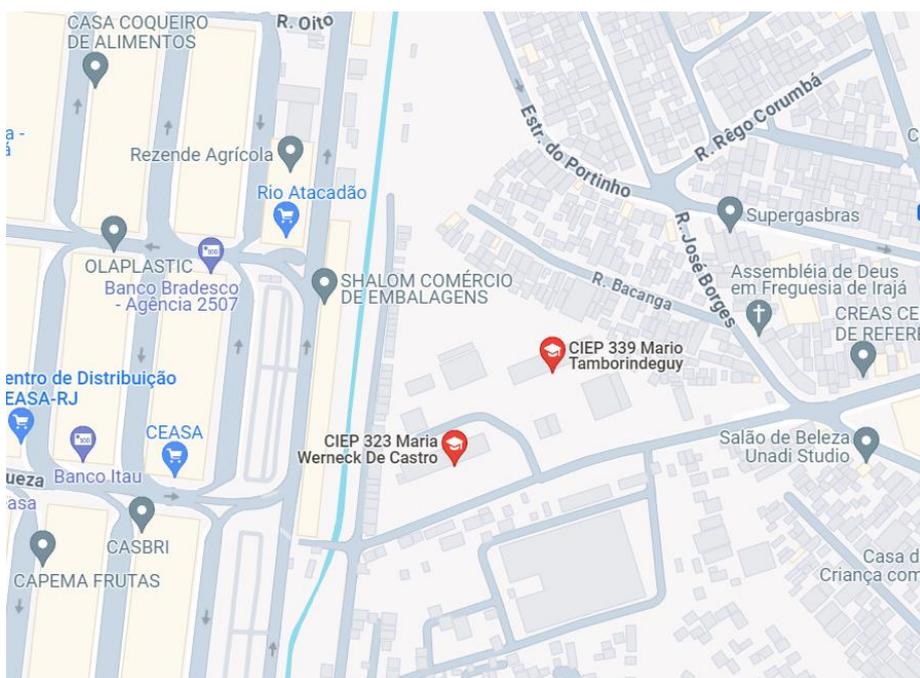


Imagem tirada do Google Maps.

A visita levou em consideração a estrutura interna e externa dos colégios, observando desde quadras esportivas até as salas de aula utilizadas pelos alunos. A aproximação empírica é crucial para a compreensão do tema. Para garantir a qualidade dos dados coletados, foram adotados cuidados metodológicos, como a realização de múltiplas visitas para corroborar as observações e entrevistas. Além disso, foi mantido um registro detalhado de todas as observações, entrevistas e documentos coletados, visando garantir a precisão e a consistência dos dados.

Após a coleta de dados, foi realizada uma análise minuciosa, utilizando-se de ferramentas e métodos adequados. Os dados foram categorizados e organizados para identificar padrões, tendências e possíveis problemas no contexto educacional das escolas visitadas. As visitas foram previamente solicitadas pela administração escolar, e acompanhada pelos respectivos funcionários das escolas escolhidas para o trabalho. A abordagem empírica de coleta de dados permitiu uma compreensão mais aproximada das práticas educacionais, das condições de aprendizagem dos estudantes e dos desafios enfrentados pelas escolas. Essa análise contribui para acrescentar as discussões e reflexões sobre o sistema educacional, de forma contextualizadas.

Análise dos dados

A análise empírica envolve a observação direta e a coleta de informações concretas em um ambiente real. A abordagem utilizou fotos, entrevistas e visitas às dependências escolares, observando as práticas pedagógicas, infraestrutura escolar e as condições de aprendizagem dos estudantes. Dessa forma, a realização documentada em áudio, vídeo e foto revelou-se essencial para compreender as nuances educacionais dos CIEPs e da reforma do ensino médio. Esse material favorece nosso artigo, reforçando a crítica acerca dos modelos educacionais adotados. A escolha das escolas foi feita levando em consideração sua localidade e facilidade do acesso, a proximidade entre os dois colégios favoreceu no deslocamento e assim, na redução de gastos com a locomoção.

História dos CIEPS

Os CIEPs foram criados em 1983, pelo antropólogo Darcy Ribeiro, quando era Secretário da Educação no Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola. A proposta do CIEP era

proporcionar ensino, práticas esportivas, assistência médica, alimentos e diversas atividades culturais, em instituições colocadas fora da rede educacional regular. Além disso, estas escolas teriam que obedecer a um projeto arquitetônico unilateral. Alguns pesquisadores acreditam que, para criar os CIEPs, Darcy Ribeiro havia se inspirado no projeto Escola-Parque de Salvador, de Anísio Teixeira, datado de 1950, entendendo que o ex-governador Leonel Brizola desejava “propiciar às crianças uma escola de horário integral, com ensino de boa qualidade, incluindo alimentação, assistência médico-odontológica, lazer, atividades culturais e banho diário” (O Livro dos CIEPs, RIBEIRO, Darcy 1986, p.41).

A ideia dos CIEPs considerava que todas as unidades deveriam funcionar de acordo com um projeto pedagógico único e com uma organização escolar padronizada, para evitar a diferença de qualidade entre as escolas. No entanto, o projeto dos CIEPs recebeu muitas críticas por parte dos opositores e de parcela da população, entre elas, algumas referentes ao suposto custo dos prédios, à qualidade de sua arquitetura, sua localização, e até no sentido de um período letivo de oito horas. Muitos acreditam que o projeto arquitetônico tinha primazia sobre o pedagógico, sobretudo pela ausência de equipes de educadores qualificados para esse projeto educacional.

Apesar da proposta representar mudanças importantes na educação, a reforma unicamente educacional acaba não sendo suficientemente necessária, à medida que os antagonismos continuam repercutindo no urbano das cidades. O materialismo histórico e dialético se mostra fundamental na organização dos fenômenos, a síntese da sua composição entre elementos opostos e interligados, sendo observados na luz do processo histórico, na totalidade social. A reforma do Ensino Médio, navegando pelo oceano ideológico do neoliberalismo, pode ser vista como o movimento ininterrupto do capital, na correnteza de se reorganizar e reagrupar, buscando atender aos seus próprios interesses.

Atualmente, a educação pública realizada nos espaços construídos do CIEPS passa por dificuldades de todos os tipos, como a falta de investimento necessário nas instalações, escassez de equipamentos voltados aos processos pedagógicos, e no esvaziamento do aspecto artístico. O melhor aproveitamento do espaço que é o CIEP também entra como uma demanda real por parte dos atuais estudantes, que sentem falta de uma rotina mais

recheada com expressões humanas mais plurais.

Até mesmo na ausência fantasmática das estruturais do “brizolão”, é conservada sua presença, entre as salas e corredores, assombrando os alunos que se queixam pelo estado enfadonho, esvaziado do qual a escola se encontra.

Para Jackson, atual aluno do CIEP 339, Mario Tamborindeguy, os professores da escola na qual estuda são excelentes, sendo um fator bastante motivador, apesar da falta de recursos. Para a estudante Ana, “falta a criação de eventos culturais, pois geralmente esse espaço escolar está vazio, tinha que aumentar o número de eventos, isso aqui é sempre muito monótono, o que acaba prejudicando a permanência do aluno e tornando as coisas chatas”. De acordo com Douglas Guilherme, ex-aluno, o espaço do CIEP sempre foi muito vazio, a piscina se encontrava aterrada, e por isso, nunca foi utilizada. Douglas Guilherme foi aluno Mario Tamborindeguy, em todo o seu ensino médio, de 2016 até o final de 2018. .

Sabemos que as manifestações culturais não são rentáveis, entretanto, são cruciais para o desenvolvimento humanístico do individual e coletivo. O espaço esvaziado denunciado pela estudante Ana, encaixa-se com uma visão do monótono, daquilo que é chato e tedioso. É um espaço assombrado por algo que podia ter se tornado, por um vir-a-ser nunca concretizado. As antigas tentativas de preencher o espaço com arte e filosofia foram silenciadas pela difusão do ideal neoliberal de educação e seu sucateamento. De acordo com Mark Fisher, “O que se almeja na assombração não é um momento específico, mas a retomada dos processos de democratização e pluralismo” *Fantasmas da Minha Vida, Escritos Sobre Depressão, Assombrologia e Futuros Perdidos*, pág. 34 Zero Books, 2014



Biblioteca Paulo Freire, CIEP 339

A biblioteca ainda se encontra em funcionamento, de acordo com os próprios alunos da instituição, sendo bastante utilizada para atividades literárias ou até mesmo como área comum de estudos. Trata-se de um espaço físico designado para abrigar livros, materiais de referência e áreas para leitura. Inclui prateleiras, mesas e cadeiras para acomodar os estudantes e permitir o estudo individual ou em grupo.



Piscina abandonada no CIEP 303.

Os resquícios do que se almejava no antigo projeto dos CIEPS ainda são perceptíveis, como podemos observar na foto acima, uma estrutura criada para a prática de esportes, completamente abandonada. Inclusive, oferecendo perigo, já que alguns moradores das redondezas até temem o surgimento de foco do mosquito da dengue.

A piscina pode desempenhar um papel relevante nas atividades esportivas escolares dos CIEPs, contribuindo para a formação dos estudantes. Além dos benefícios físicos, a presença desse recurso promove o desenvolvimento socioemocional, cognitivo e a inclusão esportiva. Através das atividades aquáticas, os alunos têm a oportunidade de vivenciar experiências enriquecedoras e adquirir habilidades que serão valiosas ao longo de suas vidas. Portanto, a valorização e manutenção das piscinas nos CIEPs é tão importante quanto a manutenção da quadra esportiva.

Contexto da reforma do ensino médio no Brasil

O intitulado “Novo Ensino Médio” é fruto da lei 13.415/2017, proposta pelo Governo Federal na presidência de Michel Temer. A medida modificou a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional para o Ensino Médio, diminuindo consideravelmente as disciplinas tradicionais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desde a aprovação, em 2017, a lei tem gerado resistências e debates entre os diversos setores da sociedade. De acordo com a nova diretriz, os “itinerários formativos” substituíram disciplinas de geografia, química, física, história, biologia, filosofia e sociologia, bem como diminuíram, progressivamente, as aulas de língua portuguesa e matemática. Além disso, como muitas escolas não estão preparadas para receber todos os itinerários, muitos alunos estão cursando grades que não escolheram.

Os chamados “itinerários formativos” são um conjunto de matérias complementares, que seguem a área que o estudante escolheu para se especializar – humanas, exatas ou biológicas. Eles correspondem a 40% da carga horária. As disciplinas “tradicionais” ocupam o restante. Dessa forma, com a concretização do “Novo” Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) a educação caminha nesse sentido, à medida que define o currículo com base na flexibilidade de escolha dos itinerários formativos e na reorganização que subalterniza os conhecimentos críticos das Ciências Humanas e Sociais e privilegia os saberes aplicados e quantificados da Língua Portuguesa e Matemática.

Na prática, contudo, o ensino médio continua voltado principalmente para o mercado de trabalho, variando seu foco entre a preparação para a universidade e para a carreira profissional. Esse é o contexto em que se gestou, no Brasil, a reforma do ensino médio (Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017). Exatamente como descrito anteriormente, ela sucede um modelo considerado falimentar: sobrecarregado de disciplinas obrigatórias – uma vez que sua lógica subjacente era prover conhecimentos para que todos pudessem acessar a universidade –por vezes pouco profundo, sem interface com a realidade prática e de baixa atratividade para o estudante, exibindo índices de desempenho baixos e estagnados há muito tempo. (BASSI, CODES, ARAÚJO, 2017, P. 8)

A reforma do ensino médio tem sido alvo de críticas fundamentadas, em que se busca analisar as relações sociais e os impactos da ideologia neoliberal na educação. Nesse contexto, a crítica se concentra na maneira como o Novo Ensino Médio promove uma formação escolar acrítica, onde as demandas culturais e estruturais da escola são negligenciadas, priorizando os interesses mercadológicos. Os estudantes acabam engessados em atributos e conhecimentos dos quais não desafiam sua visão de mundo,

não questionam as desigualdades enraizadas e muito menos incentivam a imaginar um outro futuro possível.

A questão levantada em relação à reforma do ensino médio é o modo como reproduz e intensifica as contradições à medida que não oferece uma alternativa robusta aos problemas do espaço escolar, como a falta de recursos, a violência existente nas regiões periféricas, a falta de profissionais capacitados para acompanhar as necessidades dos alunos. As mudanças vistas são unicamente na oferta e distribuição de disciplinas. Enquanto os estudantes de escolas particulares continuam contando com ótimos recursos tecnológicos e com aparato material adequado, os estudantes da escola pública, inclusive as escolas analisadas nesta pesquisa, ainda lidam com o abandono financeiro, como disputa entre facções criminosas, do tráfico ou da milícia, ponto de venda de drogas e outros problemas crônicos produzidos e reproduzidos pela ausência de poder público.

A reforma do ensino médio pode ser analisada como uma forma coercitiva e reprodutiva da força de trabalho exigida na economia reestruturada, onde a escola se torna um instrumento de compatibilidade aos requisitos de empregabilidade, reduzindo disciplinas de reflexão crítica ao mesmo tempo que aumenta a carga horária e os requisitos técnicos-pedagógicos que ainda são escassos em boa parte dos colégios. Com a forte pressão dos setores empresariais ligados a comercialização do ensino, sob pretexto de modernização e inovação, a reforma foi vendida como única solução possível. A não responsabilização do Estado com a rede básica é gradativamente assimilada e aproveitada pelo setor privado, que por meio do “Movimento Todos pela Educação”, por exemplo, acaba consolidando o projeto dos reformadores empresariais.

Na efetuação originada no governo de transição, a reforma do ensino médio prosseguiu no tramite da sua execução, passando pelos acirramentos do congresso nacional. Entraves como o desmonte público, a precariedade das infraestruturas e a desvalorização dos professores são aspectos que aprofundam as disparidades entre as escolas públicas e privadas. Essa contradição ainda não foi discutida com seriedade pela reforma, alimentando o antagonismo de classes e limitando o acesso mais qualitativo do conhecimento para as camadas populares da sociedade.

Diante dessas críticas, é crucial propor um debate mais amplo com os setores sociais, professores e assistentes sociais, psicólogos e profissionais da saúde em geral. O processo pedagógico não pode ser entendido apenas como disciplinas que formatam sua

capacidade para o emprego futuro, devemos compreender o processo de forma mais universal, onde o estudante pode se desenvolver integralmente, construindo as ferramentas imprescindíveis tanto para sua apreensão de mundo, como também para estar em dia com suas demandas biológicas, psicológicas e cidadã.

Em suma, à reforma do ensino médio ressalta a necessidade de uma educação para além do realismo capitalista, que seja emancipatória e voltada para uma visão de outro futuro possível, em contraponto a uma abordagem utilitarista e acrítica que reproduz as desigualdades e contradições materiais e subjetivas do sistema econômico vigente. Essa perspectiva busca promover uma reflexão sobre quais são os propósitos reais e objetivos concretos da educação, visando à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ativa nas manifestações culturais, artísticas e filosóficas do seu tempo.

Princípios e objetivos da reforma do ensino médio:

Com uma estratégia ideológica que enfatiza a Reforma do Ensino Médio como inevitável, além de uma espécie de transição para um Ensino Médio “modernista” e voltado ao futuro. O processo reformista modifica o sistema de execução da (BNCC) na intenção de atender a quatro diferentes itinerários formativos que serão escolhidos pelos alunos, os quais, com maior ênfase, devem associar o núcleo básico, sendo eles: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Na atualidade, pode-se dizer que a Reforma do Ensino Médio cumpre, paralelamente, duas metas fundamentais do consenso neoliberal: a subalternização do sujeito à lógica do capital, atomizando-o e alocando seu desenvolvimento pessoal e social para as necessidades do mundo do trabalho, moldando grandes massas futuras de mão de obra para as exigências das demandas empresariais, o que em consequência provoca um progressivo esvaziamento ideológico,

A infraestrutura, de acordo com a literatura marxista, influencia significativamente a superestrutura, ou seja, as demandas econômicas moldam as relações do Estado, instituições de ensino e outros espaços de disputa entre as classes sociais, além de serem moldados por estas, sendo um processo dialético. Dito isso, ao acessar o portal do MEC

disponível na internet para tirar dúvidas sobre a Reforma do Ensino Médio, podemos encontrar os objetivos da Lei 13.415, que diz:

“tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade”

<http://portal.mec.gov.br>

O Novo Ensino Médio compõe uma perspectiva diametralmente oposta que está em simbiose com as políticas neoliberais, que transforma o conhecimento em mercadoria direcionada para atender às demandas do mercado de trabalho com primazia na produção e não na emancipação humana. Sendo assim, a reforma coloca a educação do país sob um novo predomínio técnico, como foi implementado nos anos de 1960, em pleno regime militar e cujo domínio ideológico do imperialismo estadunidense, exigindo uma pesquisa dialética das condições históricas e materiais.

Podemos entender que, a profissionalização intransigente, a que estão destinados a maioria dos filhos do proletariado, obedece a prerrogativa crucial de diminuição de investimentos nas universidades públicas, tendo em vista que, ao que tudo indica, tem a explícita missão de alocar para o trabalho ainda no Ensino Médio. Logo, uma primeira observação desse processo pode ser inferida a partir do conceito esvaziado de igualdade, que não pode se materializar na cotidianidade, revelando a face obscura que se destina aos alunos da classe operária. Tudo indica que o Novo Ensino Médio tem o objetivo de diminuir a pressão da demanda sobre as universidades – sobretudo sobre o ensino superior público –, muito embora, com uma característica perceptivelmente mais perversa evidenciada na explanação das diferenças de classe.

Experiência dos CIEPS

Origem e características dos CIEPS

Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) representaram um marco na história educacional brasileira, surgindo como uma proposta inovadora no contexto do ensino no Rio de Janeiro. Nessa etapa, faremos uma análise sobre a origem e as características dos

CIEPs, buscando compreender sua importância e legado para a educação pública no Brasil.

O Salão Polivalente é um ginásio esportivo com cobertura, contendo arquibancada, vestiários e um galpão para guardar os materiais. A terceira construção é a Biblioteca, idealizada para atender os estudantes tanto para consultas individuais como em grupos orientados. Sobre a Biblioteca, existe uma verdadeira residência, com alojamentos para doze crianças (meninos ou meninas), que poderão morar na escola em caso de necessidade, sob os cuidados de um casal (que dispõe na casa de quarto próprio, sala comum, sanitário exclusivo e cozinha). Para os terrenos onde não é viável instalar todas as três edificações que compõem o Projeto-Padrão, foi arquitetada uma alternativa, denominada por Oscar Niemeyer como Ciep Compacto, que é constituído somente pelo edifício central, ficando no terraço a quadra coberta, os vestiários, a Biblioteca e piscinas, estas últimas, atualmente não utilizadas na maioria dos Centros Integrados de Educação Pública.

De acordo com o arquiteto Oscar Niemeyer, da motivação de construir escolas em série “surgiu espontaneamente da utilização do pré-fabricado, para fazê-las multiplicáveis, econômicas e rápidas de construir: nesses casos, é a economia que exige a repetição e o modulado”. Mas, a despeito de toda a lógica, surgiram muitas críticas ao Programa Especial de Educação, assentadas numa ideia equivocada: a de que o Ciep é uma escola “obra faraônica, suntuosa e muito cara”. Revelou-se, posteriormente, se tratar de um enorme equívoco:

O gênio de Oscar Niemeyer cria uma escola ampla, bonita, funcional e 30% mais barata que um prédio escolar convencional. Para implantar no Estado um grande número de CIEPS com êxito, era necessário um projeto de arquitetura que desse origem a uma escola bela, ampla, que fosse economicamente viável e permitisse velocidade na construção. Partindo da ideia de utilizar a técnica do concreto pré-moldado, que possibilita montar cada CIEP como um jogo de armar, em um prazo de apenas 4 meses. (RIBEIRO, 1986. p. 103)

Objetivos e propostas pedagógicas dos CIEPS

O que se pode consultar nos registros oficiais quanto à perspectiva pedagógica nos CIEPs me permite indagar que a meta maior do projeto consistia no enfrentamento à baixa escolaridade e ao analfabetismo do país, além da luta pela diminuição da evasão escolar e a alta taxa de repetência. A filosofia dos CIEPs tinha, na educação integral, a possibilidade única para a superação das contradições: No cotidiano dos CIEPs não é mais possível pensar em educação como um momento pré-fixado na vida de cada pessoa: é necessário.

Na vigência do PEE destacou-se, entre suas medidas, a articulação coletiva do trabalho pedagógico. A solidificação dessa articulação deu-se por meio de algumas ações, tais como: a criação de uma rede de professores orientadores ligados a uma coordenação pedagógica em nível central; a incorporação efetiva do horário semanal e coletivo de estudo e planejamento para todas as professoras; o planejamento integrado, isto é, realizado a partir de encontros sistemáticos de todos os profissionais da escola para a definição das linhas gerais do trabalho; a participação de não docentes - como os animadores culturais e agentes de saúde - no planejamento pedagógico integrado; a figura do diretor adjunto pedagógico, compondo com as professoras orientadoras uma equipe de direção pedagógica. Ao lado da função de refletir sobre a prática e melhor organizar o trabalho pedagógico, essas práticas constituíram verdadeiros processos de formação continuada dos profissionais dessas escolas.

Algumas das propostas mais conhecidas são:

Formação Integral: Os CIEPs tinham como objetivo central a formação integral dos estudantes, buscando ir além da mera transmissão de conteúdo. Valorizavam o desenvolvimento de habilidades mentais, o pensamento crítico e a capacidade de reflexão.

Escolas de Tempo Integral: Os CIEPs funcionavam em período integral, das 8h às 17h, proporcionando um ambiente educacional mais abrangente e prolongado. Isso permitia uma maior dedicação aos estudos, além de oferecer atividades extracurriculares, como aulas de música, educação física e artes.

Recursos Além do Currículo Tradicional: Os CIEPs ofereciam recursos educacionais além do currículo tradicional, como ambientes de fomento à leitura, estudos direcionados,

apoio médico e alimentar. Essa abordagem contribuía para criar um ambiente propício ao aprendizado, estimulando o interesse dos estudantes.

Enfrentamento às Desigualdades Sociais: Uma das propostas centrais dos CIEPs era proporcionar igualdade de oportunidades educacionais a comunidades mais pobres. Eles surgiram como uma alternativa às escolas precárias e com pouco investimento, buscando distanciar os estudantes da violência e propiciar um espaço seguro de ensino/aprendizagem.

Os CIEPs deixaram um legado significativo na história da educação brasileira. Sua abordagem pedagógica, focada na formação da totalidade do indivíduo, influenciou significativamente a concepção de educação em todo o país. Além disso, a experiência dos CIEPs serviu como base para o desenvolvimento de outras iniciativas educacionais que visam à valorização do estudante de forma universal.

A educação de tempo integral e o sucateamento dos CIEPS:

O projeto inicial sofreu diversas críticas, mas não foram suficientes para inviabilizar a iniciativa. Aos poucos, o sonho foi se concretizando, estruturas sendo criadas, políticas públicas acompanhadas de planejamento político e econômico se materializavam no espaço, com a devida orientação dos profissionais da educação e especialistas das mais diversas áreas. Tudo parecia correr conforme o esperado, e o custo não representava um empecilho, afinal, a estrutura de uma escola convencional era ainda mais elevado, o que mostrava o pragmatismo dos CIEPS.

“Aos poucos, as atividades e os recursos começaram a minguar, causando a desaceleração do projeto inicial. A forte reação da opinião pública aos CIEPs, incentivada pela mídia oposicionista, se justifica pelo preconceito que as elites brasileiras têm em relação à oferta de educação para as camadas populares, de modo geral. No final de seu primeiro mandato (1983-86), Brizola não conseguiu eleger Darcy Ribeiro como sucessor e o novo governador, Moreira Franco, adotou medidas que provocaram a desarticulação do projeto pedagógico dos CIEPs. Muitas dessas escolas foram transferidas para prefeituras administradas por prefeitos filiados a partidos contrários ao PDT, que acabaram por relegar os prédios ao total abandono” Leonel Brizola: o sonho da escola pública de tempo integral - Lume Rede de Jornalistas (redelume.com.br)

A primeira conquista a ser desmantelada foi a proposta de ensino integral, sendo desarticulada por governos posteriores, que não concordavam com a ideia original do projeto, tanto por questões políticas como por motivações ideológicas. Hoje, são pouquíssimos CIEPS que conseguiram manter sua concepção piloto, sendo que a maior parte das escolas funcionam atualmente na modalidade convencional. A diminuição gradativa da educação integral representou uma perda significativa na educação gratuita no Estado do Rio de Janeiro.

“Segundo a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, de cerca de 500 Cieps construídos e postos em funcionamento no Estado, 307 continuam sob a gestão da rede estadual. O restante foi repassado para os municípios ou destinado para outras atividades. Do total de escolas ligadas ao governo estadual, apenas 150 seguem com o horário integral, o que corresponde a menos da metade da rede de Cieps” Sonho de Brizola, escola de turno integral fracassa no RJ e RS (terra.com.br) - 11 novembro de 2011

O desmantelamento dos Centros Integrados de Ensino Público não pode ser visto apenas como problema financeiro ou da execução correta das políticas públicas. É essencial entender como a dinâmica neoliberal, em conjunto com o modo de produção vigente, produzem os obstáculos insuperáveis para a continuação de qualquer projeto que vise à transformação radical do modelo tradicional da educação. O alinhamento do posicionamento do governo Temer com as prerrogativas das entidades ligadas às fundações empresariais e instituições privadas de ensino representa o neoliberalismo articulado, predatório e acrítico.

Reforma do ensino médio

Mudanças propostas pela reforma

A reforma tem como prisma a reestruturação curricular que atenda às demandas e desafios contemporâneos. Com base em referências do MEC, podemos observar as principais mudanças propostas, como a flexibilização do currículo, a “ampliação” da carga horária, a ênfase em competências e habilidades, e os impactos esperados na formação dos estudantes.

Com isso em mente, o Novo Ensino Médio representa uma tentativa dos setores empresariais da educação de conformizar e adequar a educação às demandas produtivas contemporâneas. Escolas particulares fizeram ajustes e têm a possibilidade de organizar itinerários formativos de aprofundamento, chamados Unidades Curriculares Comuns (UCCs), acomodando os trajetos de ensino necessários nessa primeira etapa de transição. A principal problemática é que essas movimentações ampliem ainda mais a distância entre o ensino público e o privado, intensificando a desigualdade social, ao contrário do que é defendido pela própria (BNCC), que diz ter como objetivo diminuir essa discrepância:

Com o novo modelo, parte das aulas serão comuns a todos os estudantes do país, direcionada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na outra parte da formação, os próprios alunos poderão escolher um itinerário para aprofundar o aprendizado. Entre as opções, está dar ênfase, por exemplo, às áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ao ensino técnico. A oferta de itinerários, entretanto, vai depender da capacidade das redes de ensino e das escolas. Empresa Brasil de Comunicação (EBC) Reportagem publicada em 14/02/23

O problema reside no caráter “internalizado” isto é, o esforço do capital em fazer com que cada ser social assimile como suas as metas os objetivos de reprodução do sistema, ratificando sua posição na hierarquia social e conformando suas expectativas e sua práxis ao que é estipulado pela ideologia dominante, insere-se como instrumento que fragmenta a totalidade das práticas sociais, entre elas, a educação, ao interesse do capital. A educação realmente emancipadora deve superar essas antinomias do pensamento burguês.

Impactos e desafios da implementação da reforma

Provavelmente o projeto inicial tinha como objetivo que os itinerários formativos fossem atrativos e aproximassem os estudantes do mercado de trabalho. Entretanto, o que percebemos na prática é que os itinerários estão aproximando os alunos do subemprego. A Reforma do Ensino Médio suscita, pelo menos, uma boa infraestrutura, como laboratórios devidamente equipados, por exemplo, só que atualmente no país a realidade é uma escola que não tem nem banheiro e muito menos refeição.

A disponibilidade e distribuição dos itinerários formativos é realizada pela escola. Os estudantes indicam por meio do sistema da Secretaria da Educação qual área têm interesse em integrar e o colégio tem a obrigação de oferecer pelo menos duas alternativas de itinerários, podendo estes serem interligados. As escolhas realizadas pelos estudantes serão contabilizadas pela escola e as ofertas serão de acordo com as condições pragmáticas de cada instituição envolvida.

Uma problemática relevante que se apresenta é a questão de uma possível transferência entre escolas por parte dos estudantes, já que provavelmente as duas não dispõem dos mesmos itinerários formativos, já que possuem um caráter mais individual. Com isso em vista, possivelmente o aluno que realizar uma transferência pode ter que começar um outro itinerário e não conseguir finalizar aquele que havia começado.

Outro relevante desafio a ser enfrentado será a diferença na infraestrutura, reflexo das diferentes regiões e os antagonismos sociais presentes, existe um esforço considerável para organizar os modelos de interdisciplinaridade. Na escola privada essa “alternância de disciplinas” é mais relevante, enquanto na rede pública é algo que ainda precisa ser aprimorado. A falta de investimento para as escolas estaduais articularem itinerários com razoável diversidade e profundidade, o que se distanciará ainda mais em comparação com as escolas particulares, as quais poderão oferecer itinerários com maior diversidade, recursos e preparo suficiente.

Estudo de caso

Seleção de um ou mais CIEPS para análise mais aprofundada

Para a seleção das escolas foi levada em consideração a acessibilidade da região, à medida que o fácil acesso possibilita um acompanhamento mais assíduo aos colégios, em comunhão com a minha tentativa de enriquecer a quantidade de dados obtidos. Outro fator relevante na escolha dos CIEPS foi a proximidade com a comunidade Para Pedro, que perpassa por diversos dilemas como conflitos entre facções, tráfico de drogas e ausência de segurança pública efetiva. Essa realidade influencia diretamente o cotidiano dos moradores e, em particular, dos alunos, que muitas vezes são expostos a situações de violência em suas vidas.

Até mesmo uma proposta de grandiosidade política como o CIEP, acaba tendo que resistir em meio as contradições insolúveis existentes que vão muito além da reforma superestrutural, seja nas dificuldades impostas pela distribuição desigual de renda e na reprodução de desigualdades sociais nas escolas situados em regiões onde o Estado burguês é presente na sua total ausência. Nas palavras de Mészáros (Educação para além do Capital 2005, p.46-47) não se pode realmente escapar da ‘formidável prisão’ do sistema escolar estabelecido [...] reformando-o, simplesmente. Pois o que existia antes de tais reformas será certamente restabelecido, mais cedo ou mais tarde, devido ao absoluto fracasso em desafiar, por meio de uma mudança institucional isolada, a lógica autoritária global do próprio capital.

1 – Maria Werneck CIEPs 323

Foi a primeira escola a ser visitada, é também a instituição que fica mais próxima da comunidade Para Pedro. Sua área externa é contemplada com uma quadra poliesportiva e uma biblioteca, em pleno funcionamento.



De acordo com Lucas Azevedo, estudante do 1º ano do Ensino Médio, sua escola poderia ser vista como referência em atividades culturais na região, mesmo apesar das limitações. “Aqui sempre rola alguma manifestação cultural, apresentações de rap, rock, roda de rima, as vezes até mesmo estudantes de outras escolas aparecem para participar”.

De acordo com a ex servidora, professora Marjorie, de Matemática, essas atividades são

algo bem recente, tendo o protagonismo dos estudantes, a escola movimenta-se, apesar dos pesares. “É uma pena o que fizeram com a educação no Brasil, um projeto da envergadura do CIEPs nunca vai vingar no país”, lamenta a professora.

“Entretanto, uma coisa que aprendi é que mesmo quando os desafios parecem não tremer diante da nossa luta, o que resta aos professores é buscar apoio de outros setores sociais, e continuar lutando por um ensino condizente com a riqueza cultural do Brasil” completa.

Ao visitar essa escola, foi possível observar uma grande estrutura física, porém, constatou-se a ausência de atividades que preencham adequadamente esse espaço, para além da criatividade dos estudantes. Essa situação levanta questões relevantes sobre as condições enfrentadas pelas escolas públicas no Rio de Janeiro, que sofrem com a falta de recursos, infraestrutura precária e conseqüente impacto na qualidade da educação.

2 – Escola Mario Tamborindeguy CIEP 339

À primeira vista, a segunda escola visitada tem um ambiente externo maior, biblioteca próxima da entrada principal, e uma quadra poliesportiva logo a direita da do portão central.



Durante a visita ao CIEP Mario Tamborindeguy, foi possível constatar uma estrutura física grandiosa, com amplas salas de aula, espaços de convivência e uma biblioteca aparentemente bem equipada. No entanto, o ambiente escolar parecia vazio e desprovido de atividades que poderiam aproveitar plenamente esses recursos. A ausência de eventos culturais, projetos extracurriculares e práticas pedagógicas inovadoras demonstra a falta de investimento e valorização da educação como um todo.

O sucateamento vivenciado no Estado do Rio de Janeiro acarreta diversos impactos negativos na educação. A falta de recursos adequados compromete o desenvolvimento de atividades práticas, experimentos científicos, acesso a tecnologias educacionais e materiais didáticos atualizados. Além disso, a infraestrutura precária prejudica o ambiente de aprendizagem, dificultando a concentração dos alunos e a criação de um ambiente que seja realmente estimulante para o ensino.

Considerações finais

A pesquisa desenvolvida sobre a Reforma do Ensino Médio no Brasil, em relação à experiência dos CIEPs, proporcionou uma visão abrangente e crítica das mudanças significativas ocorridas no contexto educacional do país. Ao adotar uma perspectiva marxista, foi possível analisar as transformações sob uma ótica que considera as relações de movimento estruturais e as contradições presentes nesta dialética no sistema educacional brasileiro.

A utilização de diferentes métodos de pesquisa, como a bibliográfica, estudo de caso, análise comparativa e entrevistas, permitiu a coleta e análise de dados de forma abrangente e aprofundada. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para embasar teoricamente o estudo, utilizando fontes diversas que abordam os CIEPs, a reforma do ensino médio e as políticas educacionais no Brasil.

As visitas realizadas aos CIEPs localizados em Irajá, subúrbio carioca, trouxeram uma perspectiva mais próxima e empírica da experiência dessas instituições. Essas visitas permitiram conhecer de forma mais aprofundada a realidade dos CIEPs, observar as práticas pedagógicas adotadas, conversar com professores e estudantes, e compreender os desafios e impactos da implementação dessas escolas.

Ao analisar os dados coletados, foi possível identificar que os CIEPs representaram uma proposta consistente no sistema educacional brasileiro, que buscando promover a formação integral dos estudantes, mas que foi afetada pelas suscetíveis décadas de sucateamento perpetrada pela contrarreforma. No entanto, a pesquisa também revelou que a reforma do ensino médio, em contrapartida, direciona-se cada vez mais para uma formação voltada ao mercado, priorizando competências técnicas em detrimento de uma educação humanística mais ampla. Trata-se então, do capital realizando seu movimento de retorno aos interesses da classe dominante.

Diante dessas constatações, é essencial refletir criticamente sobre as mudanças propostas pela reforma do ensino médio, questionando se estão de fato contribuindo para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. A experiência dos CIEPs serve como um exemplo valioso de uma abordagem educacional que vai além do preparo para o mercado de trabalho, apesar de não ultrapassar os limites impostos pelo capital, abraçava uma formação integral do indivíduo e a valorização de sua cidadania, instrumentos importantes para o desenvolvimento individual e coletivo.

Por fim, esta pesquisa contribui para a compreensão dos desafios e possibilidades relacionados à reforma do ensino médio no Brasil, destacando a importância de uma educação crítica, humanística e comprometida com o desenvolvimento pleno dos estudantes. É necessário que sejam promovidas discussões e ações que visem uma educação mais justa e igualitária, superando as contradições presentes no sistema educacional e garantindo o acesso e a qualidade do ensino para todos os estudantes.

Referências

MÉSZÁROS, István 2005, p. 26-27 A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

FISHER, Mark Realismo Capitalista. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação, Disponível em < <http://portal.mec.gov.br> > Acesso em 07/03/2023.

BASSI, CODES, ARAÚJO Ensino Médio: contexto e reforma. afinal, do que se trata? Disponível em < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10650/1/td_2663.pdf > Acesso em 14/10/2022.

RIBEIRO, Darcy O livro dos CIEPS, Disponível em < <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2021/01/O-Livro-dos-CIEPs-por-Darcy-Ribeiro.pdf> > Acesso em 22/03/2023.

MÉSZÁROS, István A Educação para além do Capital 2005, p.46-47 A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

[População ainda desconhece mudanças trazidas pelo novo ensino médio | Agência Brasil \(abc.com.br\)](https://www.abc.com.br) > Acesso em 14/02/2023

PÉREZ GOMÉZ, A. I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. Capítulo 1. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GOMES, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Trad. Hernani F. da Fonseca Rosa, Porto Alegre, 1998, p. 27-51